

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 518.713 - RJ (2019/0187963-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : **NILSON MIRANDA DE CARVALHO NETO (PRESO)**
ADVOGADOS : **JULIANO VIEIRA - SC014260**
 ANDRE EDUARDO HEINIG - SC028532
 FABIANI PORTO LAGÔAS - RJ185471
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 201/204, pela qual indeferi a liminar.

Alega o requerente que, na intenção de diminuir a população carcerária, o CNJ editou, em 17/3/2020, a Recomendação n. 62, dirigida a todos os Tribunais e Magistrados de nossa República, recomendando especial atenção a pessoas presas preventivamente há mais de 90 dias, como o caso dos autos.

Afirma que o próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro declarou, na data de hoje, estado de emergência, proibindo o funcionamento de órgãos públicos, transporte, enfim, toda uma gama de serviços visando, justamente, minimizar o grave impacto de tal pandemia junto ao Estado. Sequer é permitido reuniões particulares. A concessão de prisão domiciliar é ato humanitário, que deve ser deferido liminarmente. O momento é de reflexão. É preciso, ao menos, tentar a proteção da vida do requerente, que, num presídio superlotado e insalubre, tem apenas a seu favor o fator tempo, antes que a certa pandemia assole o ambiente carcerário (fl. 276).

Requer a concessão de liminar para que o paciente seja colocado em prisão domiciliar.

É o relatório.

O pedido de prisão domiciliar em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Magistrado de primeiro grau, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

Superior Tribunal de Justiça

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator